



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004354-34.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **MARIA DAS GRAÇAS CARELLI**
Requerido: **EDITORA ABRIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado contrato com a ré para o recebimento mensal de revistas, sendo contemplada com um brinde consistente em determinado relógio.

Alegou ainda que recebeu relógio diverso do prometido, razão pela qual almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em substituir o brinde entregue pelo ofertado de início.

Os fatos trazidos à colação não despertam maiores controvérsias, tendo a própria ré confirmado o fornecimento de relógio à autora diverso do oferecido quando da contratação entre as partes por indisponibilidade em estoque.

Sem embargo, existem dois aspectos que impõem a rejeição da pretensão deduzida.

O primeiro é o de que o bem em apreço encerra simples brinde, não integrando propriamente a relação jurídica estabelecida entre as partes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Mesmo que se reconheça que a oferta vincula o vendedor (CDC – art. 30), a peculiaridade assinalada não pode ser desprezada, sob pena de inversão na contratação levada a cabo para emprestar maior valor ao brinde do que ao negócio efetivamente ajustado (ressalvo por oportuno que a própria autora declarou estar recebendo normalmente as revistas objeto da assinatura feita).

Já o segundo – e mais relevante aspecto – atina à entrega de produto similar ao prometido.

As fotografias de fls. 42/43 não foram impugnadas pela autora, vislumbrando-se por seu intermédio a proximidade entre os relógios.

Aliás, concretamente não foi sequer suscitado dado que denotasse a inferioridade do dado à autora em detrimento daquele constante da oferta realizada.

Em consequência, reputando a inexistência da propalada obrigação de fazer por parte da ré, é de rigor a improcedência da ação.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 23 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**